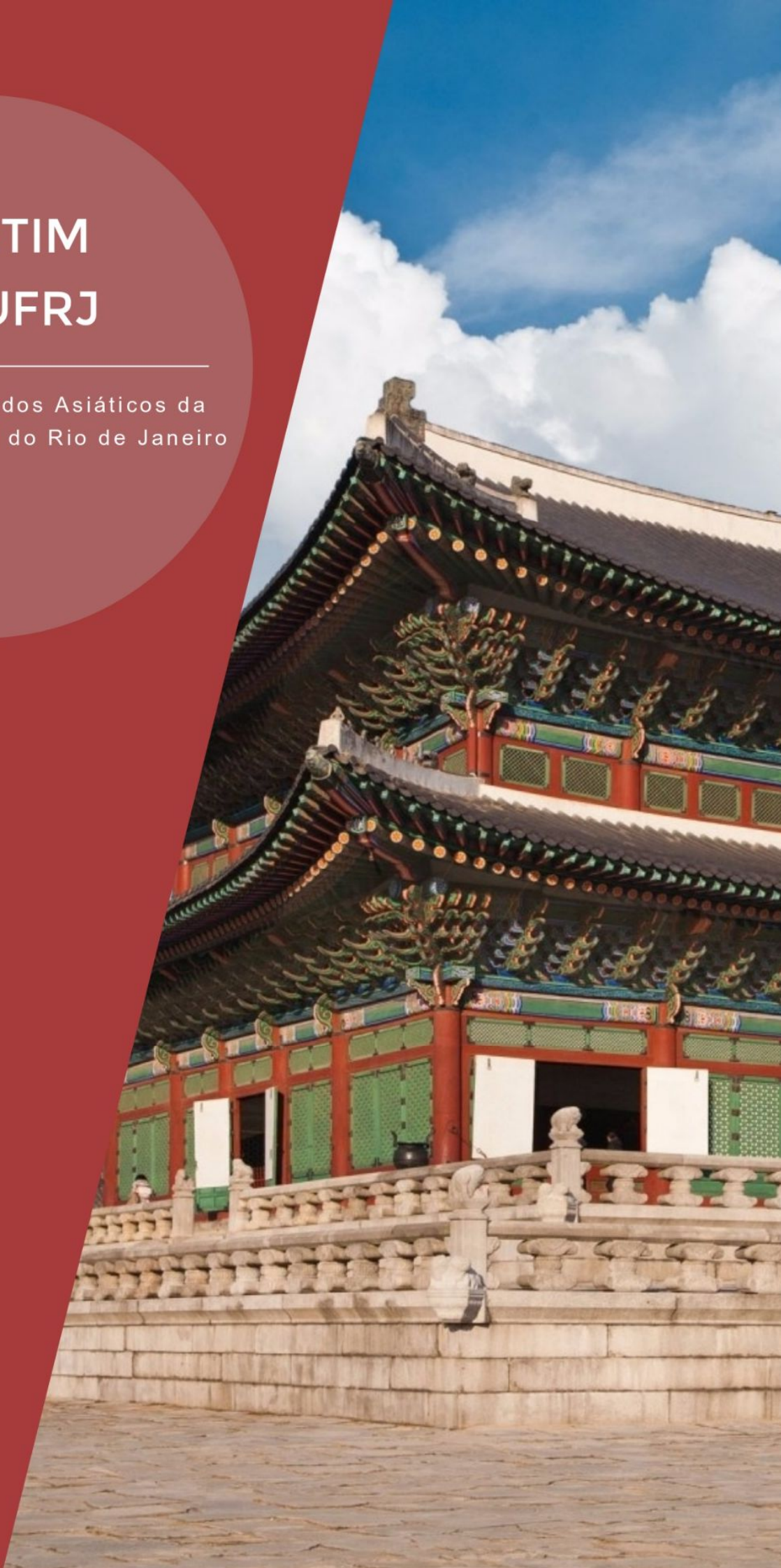
BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro



ANO 3 | Nº 4 |
MAIO DE 2019

UFRJ

LEA

BOLETIM LEA-UFRJ

ANO 3 | Nº 4 | MAIO DE 2019

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

Corpo Editorial
Editor Executivo

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

Editora Adjunta

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ

Amanda de Lacerda S. Lima (UFRJ)
Anne Evelin de Oliveira Silva (UFRJ)
Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)
Davidson Costa Souza (UFRJ)
Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)
Gabriela Lima de Carvalho (UFRJ)
Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)
Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)
Laís Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)
Letícia Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)
Lucas Almeida de Brito (PPGRI-UERJ)
Lucas Mitidieri Oliveira Mendes (UFRJ)
Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)
Nathan Morais P. da Silva (PPGRI-UERJ)
Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)
Rebecca Souza Batista (UFRJ)
Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)
Thayane Queiroz S. Jesus (PPGRI-UERJ)
Victor Barreiros C. de Oliveira (UFRJ)

Capa e Layout

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Contato

Laboratório de Estudos Asiáticos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902
Rio de Janeiro/RJ – Brasil
E-mail: leari.ufrj@gmail.com
Site: leariufrj.wixsite.com/home

SUMÁRIO

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA TERCEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM 04

ARTIGOS

A COMPETIÇÃO POR ENERGIA NO MAR CÁSPIO: HISTÓRICO DO CONFLITO E DESDOBRAMENTOS DE UM NOVO ACORDO 05

AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS ENTRE RÚSSIA E AZERBAIJÃO: O EXERCÍCIO DOS PODERES BRANDO E DURO RUSSOS NO CÁUCASO SUL 13

A COOPERAÇÃO ENERGÉTICA RUSSO-TURCA: O GASODUTO TURKSTREAM E A USINA DE AKKUYU 19

A QUESTÃO UIGUR E SEUS POTENCIAIS IMPACTOS SOBRE AS RELAÇÕES BILATERAIS SINO-TURCAS 25

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA TERCEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM

Em sua décima terceira edição, o Boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ) se dedica a análises referentes à Eurásia, o grande continente basilar das teorias clássicas de geopolítica – campo de estudo que aos poucos tem sido reintegrado à área de relações internacionais. Nosso olhar se voltou, especificamente, a dois Estados, herdeiros de grandes impérios multiétnicos, historicamente divididos entre suas frentes europeias e asiáticas: a Rússia e a Turquia. No que concerne à Rússia, debruçamo-nos sobre seu relacionamento com o Cáucaso do Sul e a Ásia Central, avaliando as estratégias que Moscou emprega para assegurar seus interesses no espaço pós-soviético. Já a Turquia, de sua parte, nos chama a atenção por, após longas décadas perseguindo o anseio de deter uma identidade reconhecidamente europeia, voltar-se a novas parcerias com potências orientais.

No primeiro artigo, Anne Oliveira e Gabriela Lima versam sobre a importância geopolítica e geoeconômica do Mar Cáspio, esquadrinhando as negociações, realizadas desde os anos 1990, entre os cinco Estados que margeiam o corpo d'água de *status* legal indefinido; além dos desdobramentos do último acordo concluído, em 2018, para os projetos de infraestrutura energética na região. Já no segundo artigo, Lucas Almeida investiga o relacionamento entre a Rússia e o Azerbaijão, destacando a importância de Baku para o tabuleiro regional, o peso dos poderes brando e duro russos sobre os territórios do Cáucaso, e o uso do contencioso entre azeris e armênios pelo Kremlin para manter sua posição em uma região que compõe tanto o entorno estratégico russo, quanto a antiga área de influência soviética.

O terceiro artigo, escrito por Letícia Ferreira, analisa a cooperação entre Rússia e Turquia em energia fóssil e nuclear – através da construção do gasoduto russo-turco TurkStream e da usina nuclear de Akkuyu –, levando em consideração o intrincado panorama energético euroasiático e a posição geográfica turca, em uma encruzilhada entre grandes produtores e grandes consumidores de energia. O quarto artigo, por fim, redigido por Amanda de Lacerda, aborda as críticas feitas por representantes da Turquia ao tratamento dado pela China aos uigures turcos, minoria étnica que reside na província de Xinjiang, bem como os possíveis impactos dessa desavença política sobre as relações econômicas sino-turcas; tendo em vista a recente aproximação de Ancara com Pequim no âmbito da Nova Rota da Seda e dos BRICS.

Leonardo Valente e Letícia Ferreira

Editores

A COMPETIÇÃO POR ENERGIA NO MAR CÁSPIO: HISTÓRICO DO CONFLITO E DESDOBRAMENTOS DE UM NOVO ACORDO

Anne Evelin de Oliveira Silva

Gabriela Lima de Carvalho

O Mar Cáspio, maior corpo d'água fechado e o terceiro maior reservatório de petróleo e gás natural do mundo (GHAFOURI, 2008), instiga interesses geoeconômicos e geopolíticos de atores de todo o globo. Historicamente, o Cáspio ocupa um importante papel no fornecimento de recursos estratégicos. A Alemanha, a Rússia e os Estados Unidos buscaram o controle de suas bacias durante as duas grandes guerras mundiais, o que evidencia a importância estratégica do abastecimento de petróleo em tempos de guerra (MISIAGIEWICZ, 2012).

A disputa de grandes potências por influência na região, no entanto, não se restringe a questões energéticas, mas reflete também ambições geoeconômicas e geopolíticas. A área, como enuncia Mackinder (1942), faria parte do "coração continental" da Eurásia (*Heartland*), cujo controle seria determinante para o domínio da chamada "ilha mundial" (*World Island*) – formada pela Europa, a Península Arábica, a África e o leste e sul asiáticos –, e, em última instância, do mundo. Os Estados Unidos, partindo de uma lógica de contenção a Moscou, objetivam aumentar sua influência no suprimento de energia a partir do Cáspio, a fim de diminuir a dependência regional das rotas que atravessam o território russo. Já a Rússia busca sua manutenção enquanto potência na Eurásia, controlando os investimentos estrangeiros em energia em suas zonas de influência para assegurar sua hegemonia na exportação de recursos energéticos.

O Cáspio, localizado ao centro da Eurásia, é alvo da cobiça de grandes consumidores de energia, principalmente devido à possibilidade de construção de rotas de extração direcionadas simultaneamente ao Ocidente e ao Oriente. Empresas europeias têm se interessado pelo desenvolvimento e pela exploração das bacias de petróleo da região, em especial a de Baku, no Azerbaijão, desde o final do século XIX (GHAFOURI, 2008). Visando sua segurança energética, a Europa Ocidental busca diminuir sua dependência do gás natural e do petróleo russos através de novas fontes e rotas de importação. No século XXI, porém, a China ascendeu como um novo competidor por energia na região, tendo os chineses elevado os investimentos nos Estados costeiros do Cáspio no âmbito da *Belt and Road Iniciative* (BRI); mais conhecida como Nova Rota da Seda (SARKER *et al*, 2018). Desde os anos 2000, o país trava acordos bilaterais com o Cazaquistão e o Turcomenistão para a construção de gasodutos e oleodutos, visando suprir demandas internas e garantir sua influência geopolítica na região (MISIAGIEWICZ, 2012).

Embora cobiçado por potências como Estados Unidos, China e Rússia, o *status* legal do corpo d'água e a divisão de suas águas profundas entre os Estados costeiros são dilemas que permanecem irresolutos desde a dissolução da União Soviética (URSS), em 1991. Até então, os únicos países a reclamar direitos sobre a exploração do Cáspio eram o Irã e a URSS. No entanto, a partir dos processos de independência que integraram novos países à região, especificamente o Cazaquistão, o Turcomenistão e o Azerbaijão (Fig.1), a disputa pelo controle do Mar e de seus recursos tomou um novo rumo. Além da delimitação territorial, esses novos Estados costeiros buscam superar a extrema dependência da infraestrutura russa, maior responsável pelas rotas de exportação de gás e petróleo que ligam a região ao comércio com a Europa (MISIAGIEWICZ, 2012).

Figura 1 - Estados costeiros do Mar Cáspio

Fonte: Nations Online Project, 2019.

As negociações acerca da divisão do subsolo caspiano entre os cinco Estados costeiros, que datam do fim da década de 1990, estão centradas no aspecto legal longamente indefinido da bacia. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), caso fosse considerado um mar interno, tendo em vista que o Cáspio não excede 200 milhas de comprimento, cada Estado costeiro teria direito a uma porção territorial de não mais que 12 milhas de largura e até a mediana de seu mar territorial, medida a partir de uma linha de base comum. Nesse caso, seguindo a legislação internacional, não haveria exclusividade de exploração e navegação em suas águas. Se fosse classificado como lago, no entanto, a política internacional estabelece como precedente que os Estados mantenham sua soberania sobre recursos e navegação em seus setores exclusivos, cuja delimitação deve ser acordada entre si (ONU, 1982).

Ao longo de décadas de tratados protocolados entre os Estados costeiros, frequentemente bilaterais e excludentes, ainda não se pode dizer que existe consenso a respeito de como deve ser feita a repartição. De um lado, Irã e Rússia, que por muito tempo dominaram sozinhos a infraestrutura do Cáspio, defendem a permanência de acordos prévios à dissolução da URSS, especialmente o de 1940, que estabeleceu uma política de condomínio (uso comum) para as

atividades de exploração (CPC, 2019). O Irã detém a menor linha costeira do território, de modo que, adotando-se a sugestão emitida pelo Azerbaijão, de classificação do Cáspio como lago e de divisão de zonas exclusivas a partir de uma meridiana central, estaria em desvantagem em relação aos vizinhos. Já o Cazaquistão supõe que o Cáspio seja um mar interno e, portanto, deveria ser dividido de acordo com a Lei do Mar — cada Estado em posse de um mar territorial, com suas respectivas zonas econômicas exclusivas (ZEEs) e plataformas continentais, mantendo-se o uso compartilhado das águas superficiais (SHAFIYEV, 2001). Entretanto, a Rússia, maior cabedal na disputa pelo controle e na determinação de políticas no Cáspio, nega sua definição como mar, sob a justificativa de que ele não se liga diretamente aos altos-mares do continente. Para os turcomenos, a quem interessam parcerias comerciais de extração com o Irã, deve-se manter a política de condomínio outrora em vigor no Cáspio, e, em caso de divisão para uso exclusivo das águas, requerem que se faça em proporções iguais; isto é, que sejam dados 20% do Mar para cada um dos cinco Estados (GHAFOURI, 2008).

Após séculos de acordos isolados entre o Império Russo e a Pérsia e, posteriormente, entre a URSS e o Irã, foi travado, em 1998 (ONU, 1998), o primeiro acordo entre a Rússia e um Estado recém integrado à geografia do Cáspio, sem participação iraniana (GHAFOURI, 2008). A quebra do velho monopólio bilateral de exploração dos recursos se deu na parte norte do subsolo caspiano, que foi dividida entre Cazaquistão e Rússia a fim de facilitar as atividades de extração de ambos os países. O acordo foi o primeiro da esfera pós-soviética a lidar com o tema, tendo sido responsável por intensificar o bilateralismo nas negociações a respeito da navegação e da exploração dos recursos do Cáspio (ZIMNITSKAYA; VON GELDERN, 2010).

Em seguida, uma nova demarcação bilateral foi feita, em novembro de 2001, entre Azerbaijão e Cazaquistão, delimitando a extensão do subsolo correspondente a esses países (CPC, 2019). O excesso de acordos "independentes" realizados desde 1990 contribuiu para o aumento da indefinição e das tensões entre os Estados costeiros deixados de fora da deliberação, o que culminou num acordo trilateral, em maio de 2003 (JANUSZ-PAWLETTA, 2014), que definiu o ponto de junção das linhas que delimitavam as áreas do Mar até então divididas entre Azerbaijão, Cazaquistão e Rússia, autores dos acordos prévios (ZIMNITSKAYA; VON GELDERN, 2010). Há muito excluído das decisões entre os acordantes, o Irã rechaçou o protocolo de 2003 e evidenciou a necessidade de envolver todos os Estados litorâneos na delimitação do Cáspio, especialmente no que toca à porção do subsolo marinho. O Turcomenistão, também deixado de fora das divisões anteriores, somente delimitou sua parcela do subsolo em 2014, a partir de um acordo bilateral com o Cazaquistão (REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO, 2018).

Finalmente, em 2018, as hesitações quanto à divisão territorial foram atenuadas em vista do avanço dos projetos da Nova Rota da Seda, que prevê a criação e diversificação de rotas energéticas em direção à China e impulsiona os interesses dos Estados costeiros por acordos de extração compartilhada, além de encorajar os investimentos chineses na região (SARKER *et al*, 2018). Os cinco líderes dos Estados costeiros do Cáspio reuniram-se em agosto daquele ano, no Cazaquistão, para uma deliberação conjunta a respeito da demarcação das águas. O dilema legal quanto à classificação foi posto de lado pela indefinição, aceita de forma unânime pelos países, que se interpôs entre o Cáspio e a legislação da ONU. "Nem lago, nem mar", assim foi definido o *status* do corpo d'água, cuja divisão foi articulada de modo a não permitir a intervenção e exploração estrangeira autônomas no território, o que teria sido possível caso se adotasse a legislação internacional dos mares. No novo acordo multilateral, estabeleceu-se a soberania completa de todos os Estados sobre o limite de 15 milhas de distância a partir de suas águas territoriais, o que lhes dá direito às atividades de extração mineral no subsolo, e até 25 milhas livres para a atividade pesqueira (FEDERAÇÃO RUSSA, 2018)

Em se tratando de Estados com costas adjacentes, no entanto, a demarcação territorial deve partir de um acordo independente entre os envolvidos; e o mesmo se dá com Estados cujas linhas costeiras sejam opostas. A nova legislação também se preocupa em proibir o uso militar das águas do Cáspio por parte de qualquer Estado externo ao território, bem como a seção de áreas para a navegação estrangeira por parte dos Estados costeiros. Tal exclusividade no uso doméstico do Mar serve particularmente aos interesses da Rússia, que conta com uma robusta esquadra naval na região e cujas rotas de gás e petróleo – ainda majoritárias no transporte de recursos ao comércio europeu – competem frontalmente com os projetos estrangeiros de exploração do Cáspio. Assim, concluído no ano passado,

> O acordo de Aktau restringe oficialmente o uso de embarcações nas águas do Cáspio às marinhas locais [dos Estados costeiros] e previne o estabelecimento de bases estrangeiras no território. A decisão impede que os países da OTAN ou a China se utilizem do Mar para aprofundar sua cooperação com o Azerbaijão, o Cazaquistão ou o Turcomenistão (EFSTATHIOU, 2018, tradução própria).

Para além das 15 milhas que são de uso particular dos Estados, tanto a superfície como o subsolo caspiano são para uso comum, o que permite sua livre exploração pelos Estados litorâneos. Esse aspecto do acordo, entretanto, dá vias a mais indefinições quanto à extração de recursos hidrocarbônicos, localizados sobretudo nas áreas comuns do Mar (KARLE, 2018). Por outro lado, a permanência da velha política de acordos bilaterais viabilizada pela nova legislação também pode tornar a intensificar os conflitos de interesse entre as partes mais instáveis do cenário, sobretudo nas relações entre Irã, Turcomenistão e os demais Estados, que definiram

acordos trilaterais prévios e têm há muito consolidado suas estratégias de exploração conjunta.

É possível, ademais, que a dependência de acordos para a execução das atividades extrativistas nas áreas comuns sujeite alguns Estados aos interesses mais imediatos de outros, como é o caso do projeto turcomeno de diversificação de exportações – a rota transcaspiana rumo à Europa –, que vai contra a política russa de hegemonia das rotas de extração que perpassam seu território. E, embora a nova legislação permita aos Estados, através de acordos bilaterais, fazer uso do subsolo para a construção de dutos de extração próprios, essa atividade não pode infringir acordos de proteção ambiental do Mar (TEHRAN CONVENTION, 2019; CPC, 2019). Essa sanção foi comumente adotada pelos Estados – e defendida especialmente pela Rússia –, já que os empreendimentos dos demais podem ir de encontro às suas pretensões (KARLE, 2018).

A criação de novas rotas de exportação com destino à Europa é também um grande interesse do Azerbaijão. As construções do Oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan), em 2006, e do Gasoduto do Cáucaso do Sul (*South Caucasus Pipeline*, SCP), em 2007, foram investimentos bilionários de múltiplas empresas (MISIAGIEWICZ, 2012). Cabe ressaltar que o segundo está em expansão desde 2018 e integra – junto com o Gasoduto Trans-Anatoliano (*Trans-Anatolian Pipeline*, TANAP) e o Gasoduto Trans-Adriático (*Trans-Adriatic Pipeline*, TAP), ambos em construção – o Corredor de Gás do Sul (*Southern Gas Corridor*, SGC). Quando finalizado, o SGC transportará gás natural do campo azeri de Shah Deniz até o sul da Europa, passando pelos territórios da Geórgia, Turquia, Grécia, Albânia e Itália (SIDDI, 2017).

O controle da região também seria de especial relevância para os Estados Unidos, um dos atores que buscam exercer influência sobre a área, devido a interesses de ordem geoeconômica e geopolítica. A política norte-americana de abertura, monitoramento e intervenção na região centro-asiática (GHAFOURI, 2008) mostra-se presente nos esforços do país em diminuir a dependência dos novos Estados do Cáspio em relação à Rússia e em diversificar o fornecimento energético do Ocidente. Uma das medidas tomadas, nesse sentido, por Washington no Cáucaso foi a inclusão da Geórgia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), medida que, ao fortalecer a presença americana na região, causou o aumento das tensões locais. A Rússia, de sua parte, tem buscado manter sua influência nas áreas que estavam previamente sob o domínio soviético. Uma preponderância geopolítica na região garantiria a Moscou um clima estável no seu perímetro de segurança, bem como a segurança das suas exportações de gás e petróleo, base da economia russa, para a União Europeia. A estratégia adotada pelo Kremlin tem sido, principalmente, a de se aproximar dos outros países costeiros do Cáspio ao mesmo tempo em que promove a contenção de potências extrarregionais, notoriamente os Estados Unidos (MISIAGIEWICZ, 2012; CAROLL, 2018).

Enquanto os interesses da Rússia e dos Estados Unidos no Mar Cáspio se concentram em vetar a presença do outro e, por consequência, consolidar a sua própria, outros tipos de interesses emergem na região. No que se refere à Pequim, embora não se possa descartar a existência de interesses geopolíticos velados, a conduta chinesa tem sido guiada, sobretudo, por interesses geoeconômicos: assegurar seu suprimento de energia. Como uma das economias que mais cresce no mundo, a China busca no Cáspio suprir suas demandas internas de energia, construindo novas rotas de exportação de recursos energéticos voltadas para o mercado asiático (MISIAGIEWICZ, 2012). Nesse sentido, o país assume, cada vez mais, uma posição de liderança na região da Ásia Central, e – ainda que o discurso oficial do governo chinês seja de respeito à influência histórica da Rússia na região – isso pode engendrar conflitos com os aliados russos no futuro. Como aponta Kramer (2018), os investimentos promovidos pela Nova Rota da Seda têm surtido efeito nos países da região de forma a ameaçar a hegemonia russa. Porém, a Rússia ainda busca uma aliança político-econômica com a China, visando frear as atividades americanas e europeias na região do Cáspio, vistas como uma ameaça maior (GHAFOURI, 2008).

A atuação chinesa, portanto, por mais que diminua a dependência existente entre os novos Estados costeiros do Mar Cáspio e a Rússia ao promover o comércio e o desenvolvimento da infraestrutura na região, é vista como menos ameaçadora pelos russos. Como a China busca rotas que se voltem ao Leste e não ao mercado europeu, a Rússia enxerga os Estados Unidos como um perigo mais proeminente, já que os americanos teriam o interesse de restringir também a dependência energética europeia em relação à Rússia. Uma vez que o Mar Cáspio se encontra em uma parte estratégica do mapa euroasiático, outras grandes potências buscam seu espaço no mesmo. É o caso da China, potência emergente, e da própria Rússia, que busca reconquistar sua hegemonia na região, tendo agora mais adversários externos para enfrentar no jogo de influência do Cáspio.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARROLL, Oliver. Caspian Sea: After 22 years of wrangling, deal over oil and gas rich body of water reached – and it's good news for Russia. **The Independent**, 2018. Disponível em: http://www.independent.co.uk/news/world/europe/russia-says-deal-to-settle-status-of-caspian-sea-reached-a8486311.html. Acesso em: 9 de jul. de 2019.

EFSTATHIOU, Yvonni-Stefania. The Caspian Sea: formerly troubled waters?. **The International Institute for Strategic Studies**, 2018. Disponível em: https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/09/caspian-sea-troubled-waters. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

FEDERAÇÃO RUSSA. **Convention on the Legal Status of the Caspian Sea**, 2018. Disponível em: http://en.kremlin.ru/supplement/5328. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

GHAFOURI, Mahmoud. The Caspian Sea: rivalry and cooperation. **Middle East Policy**, v. 15, n. 2, 2008, p. 81-96.

JANUSZ-PAWLETTA, Barbara. **The Legal Status of the Caspian Sea. Current Challenges and Prospects for Future Development**. Berlin: Springer, 2014.

KARLE, Prathamesh. Caspian agreement: Many issues still to be settled. **Observer Research Foundation**, 2018. Disponível em: https://www.orfonline.org/expert-speak/caspian-agreement-many-issues-still-to-be-settled-44871. Acesso em: Acesso em: 10 de jul. de 2019.

KRAMER, Andrew E. In a Prize for Big Oil Firms, Caspian Deal Eases Access. **The New York Times**, 2018. Disponível em: http://www.nytimes.com/2018/10/08/business/energy-environment/caspian-sea-deal-eases-access.html. Acesso em: 9 de jul. de 2019.

MACKINDER, Halford John. **Democratic ideals and reality: A study in the politics of reconstruction**. London: Constable Publishers, 1942.

Map of the Caspian Sea with surrounding Countries. **Nations Online Project**, 2019. Disponível em: https://www.nationsonline.org/oneworld/map/Caspian-Sea-map.htm. Acesso em: Acesso em: 10 de jul. de 2019.

MISIAGIEWICZ, Justyna. Geopolitics and Energy Security in the Caspian Region. **Teka Kom. Politol. Stos. Miedzynar. - OL PAN**, v. 7, 2012, p. 61-79.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)**, 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

_____. Letter dated 13 July 1998 from the Permanent Representatives of Kazakhstan and the Russian Federation to the United Nations addressed to the Secretary-General. **Annex III: Agreement between the Russian Federation and the Republic of Kazakhstan on the Delimitation of the Seabed of the Northern Part of the Caspian Sea for the Purposes of Exercising Their Sovereign Rights to the Exploitation of its Subsoil**, 1998. Disponível em: https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/52/983. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO. Embaixada da República do Cazaquistão no Estado Israel. **Caspian Sea legal status: from disassociation to collaboration**, 2018. Disponível em:

http://mfa.gov.kz/en/tel-aviv/content-view/caspian-sea-legal-status-from-disassociation-to-collaboration. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

SARKER, Nazirul Islam; HOSSIN, Altab; HUA, Yingiao; SARKAR, Kamruzzaman; KUMAR, Nitin. Oil, Gas and Energy Business under One Belt One Road Strategic Context. **Open Journal of Social Sciences**, v. 6, n. 04, 2018, p. 119-134.

SHAFIYEV, Farid Rauf oglu. The legal regime of the Caspian Sea: Views from the Littoral States. The Jamestown Foundation, 2001. Disponível em: https://jamestown.org/program/the-legal-regime-of-the-caspian-sea-views-of-the-littoral-states/. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

SIDDI, Marco. The Southern Gas Corridor: Challenges to a Geopolitical Approach in the EU's External Energy Policy. **FIIA Briefing Paper 216**, 2017. Helsinque: The Finnish Institute of International Affairs (FIIA).

TEHRAN CONVENTION. **History of the Convention**. Disponível em: http://www.tehran-convention.org. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

ZIMNITSKAYA, Hanna; VON GELDERN, James. Is the Caspian Sea a sea; and why does it matter?. **Journal of Eurasian studies**, v. 2, n. 1, 2011, p. 1-14, 2011.

The Legal Status of the Caspian Sea. **Caspian Policy Center (CPC)**, 2019. Disponível em: https://www.caspianpolicy.org/caspian-affairs-magazine-2/the-legal-status-of-the-caspian-sea. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS ENTRE RÚSSIA E AZERBAIJÃO: O EXERCICIO DOS PODERES BRANDO E DURO RUSSOS NO CÁUCASO SUL

Lucas Almeida de Brito

O Azerbaijão pode ser considerado um país de constituição recente, porém não é menos relevante em termos estratégicos. Sua importância geopolítica e geoeconômica se deve a sua posição geográfica, na Ásia Central – mais especificamente, no Cáucaso Sul –, à beira do Mar Cáspio, entre o Irã e a Rússia, e a oeste da Armênia; país com quem não só faz fronteira, mas também divide laços históricos intricados. Ademais, o Azerbaijão detém uma grande produção de petróleo, em cuja exploração o país foi pioneiro: seu território recebeu a primeira extração em poço de petróleo, em 1848. A exploração petrolífera azeri teve início com o chamado "contrato do século", assinado entre o país e um consórcio de companhias internacionais para a exploração de três campos de petróleo. Cabe mencionar, ainda, que o Azerbaijão é um dos poucos países mulçumanos com população de maioria xiita, atrás apenas do Irã (BBC NEWS, 2018a).

No que tange ao contencioso com a Armênia, de grande importância para o presente trabalho, vale citar que o Azerbaijão se declarou independente do Império Russo em 1918, sendo pouco tempo depois, em 1920, invadido pelo Exército Vermelho e reanexado ao território da União Soviética. Mais tarde, em 1988, grupos separatistas da região de Nagorno-Karabakh buscaram a integração com a Armênia, formando um enclave dentro do país (Fig. 2). Com isso, os azeris passaram a migrar de Nagorno-Karabakh e da Armênia para o Azerbaijão, enquanto os armênios em território azeri migraram para Nagorno-Karabakh (BBC NEWS, 2018b).

Figura 2 - Mapa do Azerbaijão

Fonte: BBC NEWS, 2018a.

O relacionamento entre armênios e azeris se tensiona em 1990, com o advento de violentos confrontos interétnicos em Baku, futura capital do Azerbaijão independente. Em 1991, o parlamento azeri restaurou a independência do país e, em 1994, Armênia, Azerbaijão e Nagorno-Karabakh assinaram um acordo de cessar-fogo, que perdurou até os dias atuais. Os armênios étnicos permanecem em controle de Nagorno-Karabakh, que, apesar de estar *de jure* no Azerbaijão, possui um governo autônomo (Idem, 2018b). O governo azeri é exercido por uma mesma família desde 1993, quando Heydar Aliyev assumiu a presidência do país, tendo o seu filho, Ilham Aliyev, o sucedido em 2003. Desde então, foram realizados dois referendos para

estender o mandato presidencial de cinco para sete anos. Assim, em 2018, Ilham Aliyev assegurou a sua quarta eleição consecutiva (CIA WORLD FACTBOOK, 2019).

Nos últimos anos, Baku, a capital do país, vem sendo palco de grandes eventos esportivos, além de flertar com o Ocidente para construir uma imagem positiva do país no exterior e promover o turismo, no que é visto como um projeto de perpetuação no poder da família Aliyev – a despeito das denúncias contra a mesma de repressão da liberdade de imprensa. Entre os eventos que o país recebeu, estão os jogos europeus, em 2015, o grande prêmio de Fórmula 1, desde 2016, e a final da Liga Europa, neste ano. O Azerbaijão também será o anfitrião de alguns dos jogos da Eurocopa, a serem realizados em 2020, e pleiteou ser a sede dos Jogos Olímpicos para as edições de 2016 e 2020, porém sem obter sucesso (ISTOÉ, 2019). Além disso, a empresa estatal azeri de petróleo, a Socar, é uma das patrocinadoras da União das Associações Europeias de Futebol (Uefa) desde 2013. Vale destacar, ainda, os grandes investimentos feitos pelos governos Aliyev para transformar Baku em um marco arquitetônico, impulsionados pelas receitas advindas do *boom* do petróleo até recentemente (MARSDEN, 2018).

As relações com o Azerbaijão possuem uma grande importância estratégica histórica para a Rússia, desde os tempos do Império até hoje. O país se encontra no centro da chamada "Zona de Convergência Euroasiática", uma espécie de território com o qual a Rússia conta estrategicamente para a sua defesa há séculos. A cadeia de montanhas que constitui o Cáucaso funciona como uma barreira natural perfeita ao território russo, isolando-o de possíveis pressões vindas do Oriente Médio. O Azerbaijão responsabiliza Moscou por um suposto apoio às forças rebeldes durante o conflito em Nagorno-Karabakh, fato de difícil constatação, tendo em vista que o contexto de desmembramento da União Soviética na época e a ingerência de grupos privados no conflito deixaram a correlação de forças muito incertas. As relações entre os dois países têm como tônica principal a exploração de petróleo e gás natural (SALVATI, 2015).

Em 1994, quando ainda era vice prefeito de São Petersburgo, o atual presidente russo, Vladimir Putin, concebeu uma estratégia para a região inspirada na chamada Doutrina Primakov. Essa consiste na defesa de quatro elementos basilares: (i) que a Rússia seja o único intermediário entre as repúblicas do Cáucaso e os parceiros externos; (ii) que nenhum outro país tenha capacidade de influenciar a região; (iii) que a região não se constitua jamais em uma ameaça para o território russo; e (iv) que Moscou promova a integração da região, como forma de recurso estratégico para atender às necessidades russas (Idem, 2015). O que tem minado essa estratégia russa é o flerte do Azerbaijão com as potências ocidentais.

A promoção da construção do Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) e do Gasoduto do Cáucaso do Sul (*South Caucasus Pipeline*, SCP), inaugurados, respectivamente, em 2006 e

2007, para transportar petróleo e gás natural azeris para a Turquia – e, de lá, para os consumidores europeus – representou um contrapeso à posição exercida por Moscou de conectar os recursos energéticos do Azerbaijão diretamente ao mercado europeu. Ao não passar por território russo, o petróleo e o gás azeri se transformaram em uma alternativa para a União Europeia, que busca diversificar suas fontes e rotas de energia para reduzir sua dependência energética da Rússia, o maior e mais barato fornecedor europeu. O que ainda pesa em favor da Rússia é sua posição consolidada na Geórgia após a intervenção de 2008, o que abre a possibilidade para Moscou de bloquear as exportações azeris se lhe convir. Salvati (2015) aponta que, apesar da aproximação do Azerbaijão com a Europa e do fracasso de Putin em atrair Aliyev para o projeto da União Euroasiática[1], Baku continuou adotando uma posição neutra em relação à Rússia, como evidenciado pela intenção de concluir um novo acordo de cooperação no Cáspio.

No outro lado da balança, está o poder brando (*soft power*) russo, exercido em todas as ex-repúblicas soviéticas, de modo a atingir, sobretudo, os cidadãos daqueles países; ao passo que o poder duro (*hard power*), complementar, entra no cenário para pressionar os respectivos governos. No Cáucaso do Sul, Moscou procura manter um forte uso da língua russa a partir de três fatores de influência principais: (i) os laços econômicos; (ii) a herança cultural; e (iii) a revitalização de uma tradição do período soviético de formação dos jovens em instituições de ensino russas, então consideradas melhores. Além disso, alguns braços das mídias estatais russas operam na região, como a Sputnik e a Interfax, sendo o controle da informação uma importante ferramenta utilizada pelo Kremlin. Outra fonte de influência russa sobre Baku está centrada na população azeri presente em território russo e na relação que essa mantém com seus parentes que permaneceram no Azerbaijão. Ainda no campo social, têm emergido no país diversos centros e fundações culturais russas (ALIYEV, 2018).

Já no que concerne às relações econômicas, o comércio com a Rússia compõe a renda de grande parte da população azeri: cerca de 2,5 milhões de pessoas, em um país de população de pouco mais de 10 milhões. De acordo com informações do Banco Central russo, a remessa de um país para outro, em 2017, foi no valor de US$1 bilhão (Idem, 2018). Além disso, desde 2005, Baku integra o Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul[2] (*International North-South Transport Corridor*, INSTC). Trata-se de uma rota multimodal de escoação de bens estabelecida em 2000, durante um encontro entre a Rússia, o Irã, e a Índia em São Petersburgo.

[1] União econômica criada em 2014 (e em vigor desde 2015) pela Bielorrússia, pela Rússia e pelo Cazaquistão. A Armênia e o Quirguistão se tornaram Estados membros da organização regional posteriormente, enquanto a Moldávia participa como Estado observador.

[2] A rota de escoamento também conta com a participação de Armênia, Cazaquistão, Quirquistão, Tajiquistão, Turquia, Ucrânia, Belarus, Omã, Síria e Bulgária (MAMMADOVA, 2018).

O corredor, que conecta o oceano Índico e o Golfo Pérsico ao Norte da Europa, passando pelo Irã, pelo Mar Cáspio e pela Rússia (Fig. 3), se apresenta como uma alternativa mais competitiva do que a tradicional rota dos países bálticos até a Índia; sendo capaz de reduzir o tempo e o custo de transporte pela metade. O Azerbaijão é responsável pela construção de 375 km da rota Astara-Resht-Qazvin, que conectará o país do Cáucaso do Sul ao Irã (MAMMADOVA, 2018).

Figura 3 - Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul (INSTC)

Fonte: MAMMADOVA, 2018.

O exercício do poder brando russo – tanto na esfera sociocultural, quanto no campo da economia – complexifica a relação entre os dois países, uma vez que a população azeri acaba mantendo certos vínculos de dependência com Moscou. Isso força o governo azeri a manter uma posição neutra em relação aos russos, a despeito da sua eventual reticência e do anseio em aproximar-se da Europa e dos Estados Unidos (Idem, 2018). A partir de 2018, o Kremlin também passaria a tirar proveito de um novo acontecimento político no Cáucaso do Sul para reforçar sua posição nesse espaço. Nesse ano, ocorreram na Armênia diversos protestos populares contra o então primeiro ministro do país, Serzh Sargsyan, que se preparava para iniciar seu terceiro mandato. O movimento, que ficou conhecido como uma nova "Revolução de Veludo"[3], levou à renúncia de Sargsyan e à ascensão ao poder de Nikol Pashinyan, líder das manifestações. A renovação política na Armênia, marcada pela deposição da elite aliada a Moscou e a promessa de Pashinyan de empreender reformas para combater a corrupção e romper com as práticas do antigo regime, engendrou a desconfiança russa (BLANK, 2018).

Desse modo, a despeito das expectativas de amenização do contencioso com o Azerbaijão – já que Baku e Yerevan haviam apenas concordado com o cessar-fogo de 1994, sem nunca terem assinado um acordo de paz de fato –, Moscou jogou com a ansiedade azeri em relação a uma possível reativação do conflito para constranger a Armênia e preservar sua forte influência na região. Putin não apenas cancelou uma viagem programada a Yerevan, como realizou uma

[3] O termo remonta ao fim do domínio soviético na Europa Oriental, tendo sido, originalmente, cunhado para tratar da transição não violenta de poder na Tchecoslováquia. Contudo, o mesmo passou a ser utilizado para outros países em que manifestações pacíficas e com grande participação popular também desencadearam reformas políticas.

visita a seu rival, Baku. À época, a mídia russa divulgou que o governo russo havia feito um acordo secreto com o Azerbaijão, para que esse passasse a integrar a Organização do Tratado de Segurança Coletiva[4], liderada por Moscou. Ainda que a Armênia, que já é membro da organização, pudesse vetar a entrada do vizinho, o apoio russo aos azeris dá sinais de insatisfação com as reformas conduzidas por Pashinyan. Diante dessa conjuntura, o novo governo armênio buscou uma reaproximação com o Kremlin, de modo a manter o principal agente garantidor da sua segurança. Isso porque qualquer novo conflito na área imediata de influência russa mais favorece Moscou do que as partes contenciosas (Idem, 2018).

Em suma, buscou-se apresentar de forma breve o Azerbaijão e sua importância estratégica e energética no tabuleiro de influência do Cáucaso do Sul. Ao mesmo tempo em que tem buscado uma maior aproximação com o Ocidente, o país reforça a cooperação em segurança com a Rússia e mantém a oposição à Armênia, com quem ainda possui uma relação conflituosa. Frente ao complexo cenário aqui exposto, o que parece prevalecer no comportamento do governo azeri é uma posição majoritariamente neutra em suas posições políticas ao longo dos últimos anos, evitando contrariar os posicionamentos russos. Nesse sentido, a aproximação promovida por Putin, incluindo Baku nos principais projetos de infraestrutura e de segurança da região tem como objetivo a manutenção do seu entorno estratégico; como parte de uma busca secular para conservar o Cáucaso como uma fronteira natural do território russo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALIYEV, Nurlan. Is Russia's Soft Power Influence Effective? The Case of Azerbaijan. **The Central Asia-Caucasus Analyst**, 2018. Disponível em: https://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13518-is-russias-soft-power-influence-effective?-the-case-of-azerbaijan.html. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

Azerbaijan country profile. **BBC News**, 2018a. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-17043424. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

Azerbaijan profile - Timeline. **BBC News**, 2018b. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-17047328. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

BLANK, Stephen. Putin's Trip to Azerbaijan: Manipulating the Caucasus Triangle. **The Jamestown Foundation**, 2018. Disponível em: https://jamestown.org/program/putins-trip-to-azerbaijan-manipulating-the-caucasus-triangle/. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

[4] Trata-se de uma aliança militar intergovernamental criada pelo Tratado de Tashkent de 1992, ratificado somente em 2002, pela Rússia, Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Em 2008, o Uzbequistão também se juntou à organização de segurança coletiva, que realiza exercícios militares conjuntos anualmente.

MARSDEN, Tom. Intrigue and heartache: The stories behind Baku's oil boom architecture. **CNN**, 2018. Disponível em: https://edition.cnn.com/travel/article/baku-azerbaijan-oil-boom-architecture/index.html. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

MAMMADOVA, Leman. North-South corridor has indisputable advantage. **Azernews**, 2018. Disponível em: https://www.azernews.az/business/143307.html. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

Middle East: Azerbaijan. **The World Factbook**, Central Intelligence Agency (CIA), 2019. Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/aj.html. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

No Azerbaijão, o esporte é válvula de escape do regime. **IstoÉ**, 2019. Disponível em: https://istoe.com.br/no-azerbaijao-o-esporte-e-valvula-de-escape-do-regime/. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

SALVATI, Federico. Russia and Azerbaijan: a complicated relationship. **Geopolitica.info**, 2015. Disponível em: https://www.geopolitica.info/russia-and-azerbaijan/. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

A COOPERAÇÃO ENERGÉTICA RUSSO-TURCA: O GASODUTO TURKSTREAM E A USINA DE AKKUYU[5]

Letícia Figueiredo Ferreira

A cooperação que atualmente se desenrola entre Rússia e Turquia no campo da energia não é inédita. No século XIX, o carvão russo abasteceu a frota naval do Império Otomano frente à insuficiência das reservas turcas para alimentar a rápida expansão do seu poder marítimo. O mesmo ocorreu com o petróleo, no século XX, quando a Rússia, substituindo os Estados Unidos e a Alemanha, tornou-se o principal fornecedor de Ancara (ERMIDA; FERNANDES, 2013). Desde a década de 1990 até os dias atuais, contudo, a dependência energética turca em relação à Moscou está majoritariamente atrelada às importações de gás natural (BARRINHA, 2017).

Hoje, a Turquia ainda possui grandes investimentos em usinas carboníferas, comparáveis às da China e da Índia, mas importa a maior parte do carvão utilizado na geração de energia, já que as grandes reservas turcas de lignito são de baixa qualidade. O país produz uma quantidade ínfima de gás natural, detendo um grande potencial – todavia pouco explorado – para o desenvolvimento de energias renováveis, incluindo hidrelétrica, eólica, solar e geotérmica. Os centros de consumo se concentram no Noroeste do país, em cidades como Ancara, Istambul e Izmir, enquanto os recursos energéticos domésticos se situam no Leste (energia hidrelétrica) e nas partes oeste e central (minas de carvão e energia eólica) do território (IEA, 2016).

Dada sua posição geográfica relativa, na encruzilhada entre Europa, Ásia e Oriente Médio, a Turquia tem ambições de longa data de se tornar um *hub* energético na região. Tal objetivo visa assegurar tanto o seu abastecimento e a sua segurança energética, quanto tirar proveito da sua condição de "ponte natural" entre os principais produtores de hidrocarbonetos no Cáspio, no Cáucaso do Sul, no Oriente Médio e na própria Rússia, e os principais consumidores europeus (Idem, 2016). A Europa – em particular, suas porções central e oriental –, tal como a Turquia, é altamente dependente do gás natural da Rússia, que tem utilizado a questão energética como arma política em seu relacionamento com os vizinhos (ERMIDA; FERNANDES, 2013).

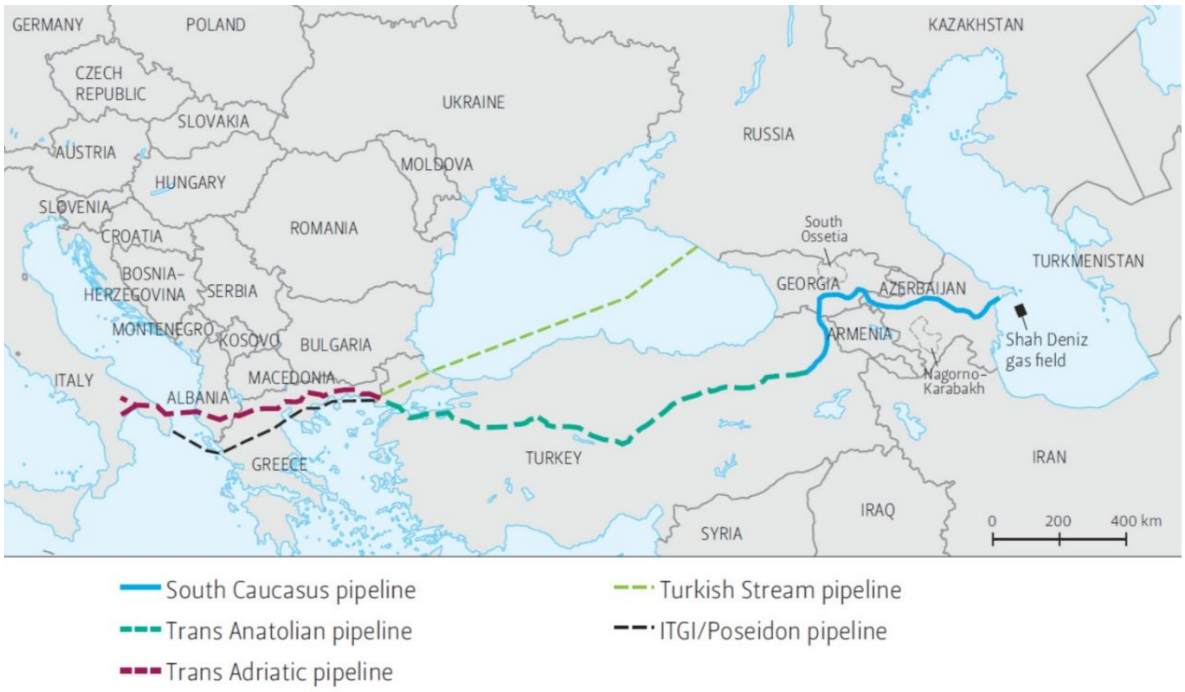
As crises de abastecimento provocadas por disputas sobre os preços do gás entre a Rússia e a Ucrânia, em 2006 e em 2009, pelo conflito militar com a Geórgia, em 2008, e pela ocupação do Leste da Ucrânia e anexação da Crimeia, em 2013 e 2014, aceleraram as medidas

[5] O presente trabalho faz parte de uma pesquisa iniciada em meados de 2018, sendo o resultado de duas apresentações de trabalho e um artigo publicado. A primeira apresentação, intitulada "A Parceria Russo-Turca no Século XXI: Reconfigurações de Forças e Alianças em um Sistema Internacional em Câmbio", foi realizada no 7º Simpósio de Pesquisa em Relações Internacionais (SimpoRI), em 2018, e levou à publicação posterior de artigo de mesmo título pela Revista Neiba (vide FERREIRA, 2019). A segunda apresentação, "A Aproximação Estratégica entre Rússia e Turquia: Segurança, Energia e Enfraquecimento do Dólar", ocorreu no III Encontro Nacional de Economia Política Internacional (Enepi), em 2019.

da União Europeia (UE) para minimizar a dependência da Rússia e do trânsito de gás via Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia (Idem, 2013). O objetivo de diversificação de fornecedores tem sido buscado por meio da construção do *Southern Gas Corridor* (SGC), formado pelo *South Caucasus Pipeline* (SCP)[6], inaugurado em 2007 e em expansão desde 2018, e pelos *Trans-Anatolian Pipeline* (TANAP) e *Trans-Adriatic Pipeline*[7] (TAP), ainda em construção. O SGC transportará gás natural do campo de Shah Deniz, no Azerbaijão, até o sul da Europa, passando pelos territórios da Geórgia, Turquia, Grécia, Albânia e Itália (Fig. 4) (SIDDI, 2017).

Além de desempenhar um papel importante como país de trânsito para o SGC, desde 2015 o sistema elétrico turco está interconectado ao sistema continental europeu, através da Rede Europeia de Operadores de Sistemas de Transmissão para Eletricidade (*European Network of Transmission System Operators for Electricity*, ENTSO-E) (IEA, 2016). A relevância de Ancara para a política de segurança energética da UE se explica, outrossim, pela sua proximidade geográfica e pelos seus laços históricos, culturais, linguísticos e religiosos com os grandes produtores de petróleo e de gás natural da Eurásia (ERMIDA; FERNANDES, 2013).

Figura 4 - Rotas do *Southern Gas Corridor* e do *TurkStream*



Fonte: SIDDI, 2018.

Se, de um lado, a Turquia e a Europa anseiam reduzir sua vulnerabilidade energética em relação ao gás russo, a Rússia, de outro, busca manter as importações para esses dois grandes

[6] Construído com o apoio estadunidense, transporta gás do Azerbaijão à Turquia através da Geórgia.
[7] Substituiu o projeto do *Nabucco Pipeline*, cancelado em 2013, que passava pela zona econômica exclusiva (ZEE) da Turquia no Mar Negro.

mercados consumidores. No caso da Turquia, o interesse russo não é apenas de ordem econômica – ainda que Ancara seja o segundo maior mercado da estatal russa *Gazprom* –, mas também geopolítica, dada a localização estratégica da península da Anatólia para o acesso aos recursos energéticos da região. Assim, Moscou, que já fornecia gás natural à Turquia por meio do gasoduto *Blue Stream*, através do Mar Negro, e do corredor Trans-Balcânico, através da Ucrânia e dos Balcãs orientais, propôs a construção do gasoduto *TurkStream* no final de 2014 (BARRINHA, 2017; SHAHBAZOV, 2018). Esse substituiu o *South Stream*[8], cancelado após a crise da Ucrânia e o endurecimento da legislação energética da UE.

A reaproximação russo-turca a partir de 2016 impulsionou as negociações do gasoduto, levando à assinatura de um acordo intergovernamental para a construção do *TurkStream* pela *Gazprom* e pela estatal turca *BOTAŞ*. As obras tiveram início em 2017 e incluem duas linhas que ligam a Rússia à Turquia também pelo Mar Negro (Fig. 4). A primeira permitirá o redirecionamento das exportações de gás do corredor Trans-Balcânico, findando a dependência do trânsito pela Ucrânia e por outros países. Já a construção da segunda linha, destinada às exportações para o sul da Europa, dependerá de um mercado mais amplo e de desdobramentos políticos envolvendo outros gasodutos russos e os avanços do SGC. Paralela à primeira, porém estendendo-se à fronteira greco-turca, essa segunda linha poderia – através de um gasoduto complementar, o *Poseidon Pipeline*[9] – fornecer gás à Itália, o terceiro maior cliente nacional da *Gazprom* (SIDDI, 2017; GAZPROM, 2018).

Os interesses energéticos comuns à Turquia e à Rússia também se estendem à arena da energia nuclear. Em 2016, foram resgatadas as negociações a respeito da construção da primeira planta nuclear turca, em Akkuyu, na província costeira mediterrânea de Mersin (Fig. 5). O projeto, que era debatido desde os anos 1970, só foi acordado pelos chefes de Estado russo e turco em 2010, quando assinou-se um acordo intergovernamental para a estatal russa *Rosatom* construir, possuir e operar quatro reatores na usina de Akkuyu. O empreendimento visa atender a 10% das necessidades energéticas turcas até 2025, quando todos os reatores entrarem em operação. Espera-se que o primeiro deles já esteja operacional em 2023, ano do centenário da República da Turquia (DURAN, 2018; WORLD NUCLEAR ASSOTIATION, 2018).

Em abril de 2018, o início das obras foi celebrado pelos presidentes Putin e Erdoğan em uma cerimônia simbólica. A partir desse projeto, a Turquia deseja mitigar seu consumo de gás

[8] O *South Stream* previa o transporte de gás da Rússia para a Áustria através do Mar Negro, passando pela ZEE turca e pelos territórios da Bulgária, da Grécia e da Itália.
[9] O *Poseidon* seguiria o mesmo trajeto do Interconector Turquia-Grécia-Itália (ITGI), projeto proposto no âmbito do SGC e concorrente ao TAP.

natural para produção de eletricidade para menos de 30%; enquanto à Rússia, de sua parte, interessa controlar investimentos no setor de energia e expandir a sua própria rede para o Sul (DURAN, 2018). Embora reduza a dependência turca das importações de gás, Akkuyu desagrada à UE. Em março desde ano, o Parlamento Europeu solicitou ao governo turco a suspensão da construção do primeiro reator da usina, sob a acusação de que, ao não consultar os vizinhos Grécia e Chipre, o mesmo vai contra a Convenção sobre Avaliação de Impacto Ambiental em Contexto Transfronteiriço[10]; da qual a Turquia não é signatária (TRT WORLD, 2019).

Figura 5 - Localização das Usinas Nucleares de Akkuyu e de Sinop

Fonte: IAEA, 2018.

Além de Akkuyu, Ancara tem planos para instalar outras duas plantas nucleares no país nos próximos anos, tendo a segunda, em Sinop, sido leiloada a um consórcio franco-japonês em 2013 (IEA, 2016). Entretanto, em dezembro último, após a conclusão de um estudo de viabilidade, o consórcio liderado pela Mitsubishi Heavy Industries decidiu abandonar o projeto devido aos elevados custos de construção da usina (TAKASHI, 2018). Já a China demonstrou a intenção de construir a terceira planta turca, com tecnologia derivada dos Estados Unidos, em local, na região da Trácia, ainda a ser definido (WORLD NUCLEAR ASSOTIATION, 2018).

Enquanto a Turquia procura garantir a segurança de fornecimento de energia a níveis nacional e regional, a Rússia tem buscado salvaguardar a segurança de demanda pelos seus recursos. Os mercados consumidores na Europa e na Turquia são consideravelmente grandes e suas importações tendem a continuar crescendo no futuro, não sendo o fornecimento de gás do

[10] Mais conhecida como Convenção Espoo, é uma convenção da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, assinada em cidade homônima na Finlândia, em 1991, e em vigor desde 1997.

Azerbaijão sozinho, via SGC, capaz de substituir o fornecimento da *Gazprom*. Entretanto, Moscou tem antecipado riscos postos por outros grandes produtores de gás natural, dada a possibilidade de participação do Irã, do Turcomenistão, do Iraque ou mesmo de Israel no corredor energético patrocinado pela Comissão Europeia. Nesse sentido, a construção do *TurkStream* e a cooperação para o desenvolvimento de energia nuclear em Akkuyu respondem igualmente ao anseio russo de controlar os empreendimentos energéticos em seu perímetro de segurança e ao interesse turco de diversificar suas fontes de energia.

A cooperação energética russo-turca, ademais, está inserida em um processo de aproximação entre Ancara e Moscou iniciado em 2016, após uma tentativa de golpe frustrada contra o governo turco. Na Rússia de Vladimir Putin, Recep Tayyip Erdoğan não apenas encontrou um aliado, como também um intermediário para o aprofundamento de relações com outros Estados insatisfeitos com as potências ocidentais. Muitos desses atores estão localizados na Ásia, observando-se um acirramento das tensões entre Ocidente e Oriente. Destarte, Rússia e Turquia vem, paulatinamente, consolidando uma parceria estratégica baseada em setores sensíveis das relações internacionais. Para além do trânsito de gás natural e do desenvolvimento de energia nuclear, os dois países também têm cooperado no combate a grupos terroristas e separatistas – no âmbito da Guerra da Síria e do Processo de Astana – e no estabelecimento de arranjos alternativos de política monetária e financeira; tema a ser debatido em um próximo artigo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). **Country Nuclear Power Profiles: Turkey**, 2018. Disponível em: https://cnpp.iaea.org/countryprofiles/Turkey/Turkey.htm. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

BARRINHA, André. Relações Rússia-Turquia: da rivalidade à parceria estratégica. In: DAEHNHARDT, Patrícia; FREIRE, Maria Raquel (Org.). **A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

DURAN, Aram. Akkuyu nuclear plant: Turkey and Russia's atomic connection. **Deutsche Welle**, 2018. Disponível em: https://www.dw.com/en/akkuyu-nuclear-plant-turkey-and-russias-atomic-connection/a-43241154. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

ERMIDA, Graça; FERNANDES, José Pedro Teixeira. A Relevância Geoestratégica da Turquia para a Segurança Energética da União Europeia: o Caso do Gás Natural. **Nação e Defesa**, Nº 136, 5ª Série, 2013, p. 253-276.

European Parliament votes against Turkey's upcoming nuclear power plant. **TRT World**, 2019. Disponível em: https://www.trtworld.com/turkey/european-parliament-votes-against-turkey-s-upcoming-nuclear-power-plant-24915. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

FERREIRA, Letícia. A Parceria Russo-Turca no Século XXI: Reconfigurações de Forças e Alianças em um Sistema Internacional em Câmbio. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 8, n. 1, 2019, p. 1-17.

GRAZPROM. **TurkStream: Gas exports to Turkey and southern and southeastern Europe**, 2018. Disponível em: http://www.gazprom.com/projects/turk-stream/. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **Energy Policies of IEA Countries: Turkey 2016 Review**, 2016. Disponível em: https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/EnergyPoliciesofIEACountriesTurkey.pdf. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. **Parliament wants to suspend EU accession negotiations with Turkey**, Press Releases, 2019. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20190307IPR30746/parliament-wants-to-suspend-eu-accession-negotiations-with-turkey. Acesso em: 24 de abr. de 2019.

SHAHBAZOV, Fuad. Southern Gas Corridor Project Opening New Long-Term Opportunities for Europe. **The Jamestown Foundation Global Research & Analysis**, 2018. Disponível em: https://jamestown.org/program/southern-gas-corridor-project-opening-new-long-term-opportunities-for-europe/. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

SIDDI, Marco. The Southern Gas Corridor: Challenges to a Geopolitical Approach in the EU's External Energy Policy. **FIIA Briefing Paper 216**, 2017. Helsinque: The Finnish Institute of International Affairs (FIIA).

_____. A lack of critical public debate: Questioning the EU's support for the Southern Gas Corridor. **The London School of Economics and Political Science: European Politics and Policy (EUROPP) Blog**, 2018. Disponível em: https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2018/08/22/a-lack-of-critical-public-debate-questioning-the-eus-support-for-the-southern-gas-corridor/. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

TAKASHI, Tsuji. Japan to scrap Turkey nuclear project. **Nikkei Asian Review**. Disponível em: https://asia.nikkei.com/Economy/Japan-to-scrap-Turkey-nuclear-project. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in Turkey**, 2018. Disponível em: http://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-t-z/turkey.aspx. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

A QUESTÃO UIGUR E SEUS POTENCIAIS IMPACTOS SOBRE AS RELAÇÕES BILATERAIS SINO-TURCAS

Amanda de Lacerda Souza Lima

A partir de 2002, com a chegada do Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi*, AKP) ao poder, a Turquia passou a praticar uma política externa mais assertiva, na busca de se afirmar como uma verdadeira potência regional. Desde então, o Estado turco tem se distanciado de seus tradicionais parceiros euroatlânticos e privilegiado parcerias estratégicas regionais com outras potências emergentes, dentre as quais se destaca a China. No entanto, o esforço para a expansão dos laços econômicos entre Ancara e Pequim pressupõe a superação de diferenças políticas. Nesse contexto, um dos maiores focos de desentendimentos é a questão dos uigures, minoria étnica de origem turcomena que habita a China.

Desde 2016, quando o regime de Recep Tayyip Erdoğan frustrou uma tentativa de golpe de Estado alegadamente organizado pelo Movimento Hizmet – cujo líder vive nos Estados Unidos desde os anos 1990 –, as relações entre a Turquia e seus aliados euroatlânticos estremeceram. O processo de adesão turco à União Europeia foi paralisado e as relações com os Estados Unidos estremecidas. A esses fatos se somaram o apoio estadunidense às milícias curdas no Norte da Síria – consideradas uma ameaça nacional pelo governo turco – e as sanções econômicas impostas à Turquia por Washington e Bruxelas, em retaliação ao caráter autoritário assumido pelo governo AKP após a tentativa malograda de golpe, caracterizado por denúncias de violações de Direitos Humanos em curso no país e por uma reforma constitucional, realizada em 2018, que concentrou poderes na figura de Erdoğan.

Como consequência, o governo de Erdoğan, que já vinha exercendo uma política externa mais independente, voltou-se de vez para o Oriente. Em meio à priorização do relacionamento com países vizinhos do Oriente Médio e da Ásia, observada nos últimos anos, destaca-se o recente fortalecimento das relações bilaterais entre a Turquia e a China. Em 2018, Erdoğan participou da 10ª Cúpula dos BRICS, na qual propôs a incorporação de Ancara ao grupo (MUNYAR, 2018). Durante a cimeira, o presidente turco também iniciou conversas com sua contraparte chinesa, o presidente Xi Jinping, sobre a possibilidade de a Turquia receber investimentos chineses no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Iniciative*, BRI) (TRT World, 2018), tendo em vista que o país poderia servir como uma importante ponte entre os projetos de infraestrutura chineses na Ásia Central e na Europa.

Apesar dos interesses econômicos de Ancara em uma aproximação com Pequim, existem alguns focos de tensão política entre ambos, como é o caso da questão envolvendo os uigures. Os uigures são uma etnia muçulmana que habita, predominantemente, a província de

Xinjiang, uma região autônoma no Noroeste da China que faz fronteira com o Paquistão e o Afeganistão (Fig. 6). A língua dos uigures tem origem na língua turca, e eles se veem mais cultural e etnicamente ligados à Ásia Central do que ao restante da China. Nas últimas décadas, tem ocorrido uma intensa migração de chineses de etnia han para a região, de modo a manter o controle do Partido Comunista Chinês (PCCh) sobre a província. No fim dos anos 2000, os han compunham cerca de 40% da população da região, e os uigures 45% (BBC NEWS, 2009).

Figura 6 - "Campos de Reeducação" na China

Fonte: MAIZLAND, 2019.

Isso tem resultado em diversas acusações de perseguições aos uigures e tentativas de limpeza étnica, o que, por sua vez, gera distúrbios em Xinjiang. Em 5 de julho de 2009, as hostilidades tomaram proporções maiores após a erupção de uma série de revoltas violentas em Urimqi, capital da região autônoma. Mais de 20 mil policiais e bombeiros foram acionados para conter os distúrbios, que resultaram em quase 200 mortos, além de milhares de presos e feridos. Após o incidente, a atuação chinesa foi alvo de duras críticas por parte de Erdoğan, então primeiro ministro da Turquia, que afirmou que "os incidentes na China são, simplesmente, um genocídio. Não é possível interpretá-los de outra forma" (YACKLEY, 2009, tradução nossa).

Naturalmente, as denúncias de repressão aos muçulmanos são pontos de atrito constantes entre a China e os países islâmicos da região. Porém, por muito tempo, muitos Estados de maioria muçulmana, inclusive a Turquia, permaneceram em silêncio devido às suas fortes parcerias comerciais com a China e aos altos investimentos chineses na região. Em janeiro de 2019, a China aprovou uma lei para tornar o Islã "compatível com o socialismo" nos próximos cinco anos, tendo sido a legislação aprovada com base em uma política de "sinificação" de todas as crenças e religiões, de outubro de 2017. Essa política busca atrelar as diversas crenças e religiões existentes no país aos paradigmas do PCCh, mas as medidas – ao promoverem não apenas uma endogenização, mas também uma homogeneização – têm sido interpretadas por alguns analistas como uma forma de limpeza étnica, religiosa e cultural (AL JAZEERA, 2019a).

Em fevereiro do mesmo ano, a Turquia voltou a romper o silêncio a respeito da questão após um incidente envolvendo um notório artista uigur. Em novembro de 2017, a *Radio Free Asia* noticiou que o cantor e compositor uigur, Abdurehim Heyit, havia sido preso de forma arbitrária e levado a um dos chamados "campos de reeducação" de Xinjiang (Fig. 6) (NIYAZ; SEYTOFF; FINNEY, 2017). Heyit era conhecido por canções de cunho político e referências veladas ao controle chinês sobre Xinjiang. Segundo a porta voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, o mesmo estava sob investigação por colocar em risco a segurança do Estado, sendo posteriormente condenado a oito anos de prisão (KUO, 2019). Em 9 de fevereiro de 2019, o jornal turco Yeni Safak reportou que Heyit havia morrido aos 55 anos, após suportar mais de dois anos de tortura pelas autoridades chinesas (YENI ŞAFAK, 2019).

Naquele mesmo dia, em decorrência do noticiado, o porta voz do Ministério de Relações Exteriores turco, Hami Aksoy, emitiu uma nota com duras críticas ao Estado chinês. Segundo o pronunciamento do diplomata, "já não é um segredo que mais de um milhão de turcos uigures que incorreram em detenções arbitrárias estão sujeitos a tortura e lavagem cerebral política em campos de concentração e prisões" em Xinjiang (REPÚBLICA DA TURQUIA, 2019, tradução nossa). Ainda nas palavras de Aksoy, "a reintrodução dos campos de concentração no século XXI e a política de assimilação sistemática contra os turcos uigures levada a cabo pelas autoridades chinesas é uma grande vergonha para a humanidade" (Idem, 2019, tradução nossa). Por fim, a nota clama à comunidade internacional e ao Secretário-Geral das Nações Unidas que tomem medidas para pôr fim à "tragédia humana" em Xinjiang (THE GUARDIAN, 2019).

Em resposta, os representantes chineses desmentiram as acusações e divulgaram um vídeo no qual o próprio Heyit afirmava estar com boa saúde e não ter sofrido qualquer abuso (KUO, 2019). Além disso, a embaixada chinesa em Ancara informou que fecharia seu consulado em Izmir – a terceira maior cidade da Turquia, atrás apenas de Istambul e Ancara –, a partir de 28 de fevereiro deste ano. Pequim considerou as críticas turcas "vis" e, em 13 de fevereiro, a embaixada chinesa em Ancara aconselhou os chineses que viajassem para a Turquia a "serem cautelosos e atentarem para sua segurança pessoal" (HUANG, 2019, tradução nossa). Por fim, as autoridades chinesas afirmaram que a Turquia deveria compreender melhor seus esforços legais para combater de forma eficaz o terrorismo e o extremismo dentro de suas fronteiras – uma vez que, de acordo com Pequim, Xinjiang enfrenta uma séria ameaça de separatistas muçulmanos que planejam ataques e acirram as tensões com a maioria étnica han (Idem, 2019).

Na semana seguinte, o Ministro das Relações Exteriores turco, Mevlüt Çavuşoğlu, reiterou as preocupações de Ancara com os uigures de Xinjiang em um encontro nas Nações Uni-

das, exortando a China a respeitar os direitos humanos e a liberdade de religião. Os representantes chineses negaram as acusações e consideraram as críticas uma interferência à sua soberania. Em sequência, Pequim elevou o tom nas negociações econômicas. Deng Li, embaixador chinês na Turquia afirmou, em entrevista à Reuters, que "caso seja escolhido um caminho não construtivo, isso afetará negativamente a confiança mútua e a compreensão e será refletido nas relações comerciais e econômicas" (KARADENIZ; TOKSABAY, 2019, tradução nossa).

A declaração em tom de ameaça veio em um momento em que empresas chinesas demonstravam interesse em investir em megaprojetos de energia e infraestrutura turcos, inclusive uma terceira usina nuclear (Idem, 2019). Além disso, cabe ressaltar que nos últimos anos a Turquia tem sofrido dificuldades econômicas, como a inflação elevada e uma moeda desvalorizada, intensificadas pelas sanções internacionais. De fato, essa piora na economia muito ajuda a compreender a aproximação de Ancara com Pequim, no âmbito da Iniciativa do Cinturão e da Rota e dos BRICS. Dentre os investimentos chineses já realizados, está uma *joint venture* entre as unidades portuárias do Cosco Group e do China Merchants Group, no valor de quase US$ 1 bilhão, para o estabelecimento de um terminal de contêineres em Istambul. O Banco Industrial e Comercial da China também havia assinado dois contratos de empréstimo de US$ 3,6 bilhões para grandes projetos, enquanto o Alibaba Group Holding adquiriu[11] o varejista *online* líder da Turquia, o Trendyol, por US$ 728 milhões. A China também foi o segundo maior parceiro de importações da Turquia em 2018, atrás da Rússia (TAVSAN, 2019).

A retaliação chinesa prosseguiu. Em março, foram detidos na China quatro executivos turcos, exportadores de mármore, que participavam da 19ª China Xiamen International Stone Fair, acusados de fraude fiscal (AHVAL, 2019). Correspondentes no local do evento narraram que os demais executivos turcos presentes deixaram o país na primeira oportunidade. As detenções foram interpretadas como uma mensagem para Ancara rever suas críticas ao tratamento de Pequim para com os uigures de Xinjiang. Em retaliação, a Turquia não participou do II Fórum da Iniciativa do Cinturão e da Rota, realizado em abril. Entre as razões por trás da ausência informadas pelas autoridades turcas estava a contenda diplomática entre Ancara e Pequim a respeito do tratamento dado pela China aos uigures (BNE INTELLINEWS, 2019).

Mais recentemente, em julho, Erdoğan visitou a China e adotou tom conciliador na questão. Antes mesmo de chegar a Pequim, o presidente turco assinou um editorial para o jornal

[11] Enquanto na década de 2000, o principal tipo de Investimento Externo Direto (IED) realizado pela China eram os do tipo *greenfield* – isto é, através da criação de empresas, com instalações próprias, a partir do zero –, desde o início dos anos 2010, as empresas chinesas passaram a realizar investimentos em outros países majoritariamente sob a forma de fusões e aquisições.

chinês Global Times, afirmando que "Turquia e China compartilham uma visão para o futuro" (GÜLER, 2019, tradução nossa). Segundo o chefe de Estado, os dois países possuem grandes responsabilidades na nova ordem mundial que está emergindo. No editorial, o mesmo afirma, ainda, que a Turquia continua apoiando fortemente a BRI, ressaltando que foi um dos primeiros países a endossá-la, quando lançada em 2013. Erdoğan também destacou a importância do chamado "Corredor do Meio"[12], iniciativa liderada pela Turquia e importante componente da chamada Nova Rota da Seda que ligará a Turquia à China através dos territórios da Geórgia, do Azerbaijão, do Turcomenistão e do Cazaquistão, cruzando o Mar Cáspio. No futuro, o corredor pode contribuir para o objetivo chinês de conectar Pequim a Londres (Idem, 2019).

Já em Pequim, Erdoğan afirmou ser possível encontrar uma solução para a questão dos uigures, tendo em conta as "sensibilidades" de ambos os lados. Para o líder turco, a crise diplomática com os chineses acabou se transformando em um instrumento de pressão política para a oposição turca, tendo alertado contra aqueles que procuraram "abusar" da questão para criar tensões com a China. Por fim, ele acrescentou que, a convite dos chineses, poderia enviar uma delegação turca para monitorar a situação dos uigures em Xinjiang (AL JAZEERA, 2019b).

Assim, o pior da crise parece ter ficado para trás. Embora a Questão Uigur continue a ser um ponto sensível nas relações sino-turcas, os interesses econômicos têm prevalecido sobre as desavenças políticas. É provável que a oposição turca continue a usar o contencioso como uma forma de pressionar o regime do AKP e que a mídia internacional siga noticiando as controvérsias envolvendo a questão. Contudo, percebe-se que a problemática não deve impedir a crescente aproximação Pequim-Ancara, que tende a se intensificar nos próximos anos. Isso porque o aprofundamento das relações sin-turcas interessas tanto aos turcos, que buscam novas parcerias econômicas, quanto aos chineses, conhecidos por seu pragmatismo político.

[12] Também chamado de "Corredor do Meio Leste-Oeste Trans-Cáspio (*Trans-Caspian East-West Middle Corridor*), é um conjunto de linhas férreas de alta velocidade que poderá transportar carga das partes orientais da Ásia para a Europa em apenas duas semanas; conectando a China à Ásia Central, ao Mar Cáspio e ao Cáucaso Sul.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRICS talks offer opportunities for Turkey - business group. **TRT World**, 2018. Disponível em: https://www.trtworld.com/mea/brics-talks-offer-opportunities-for-turkey-business-group-19138. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

China passes law to make Islam 'compatible with socialism'. **Al Jazeera**, 2019a. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2019/01/china-passes-law-islam-compatible-socialism-190105185031063.html. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

China's treatment of Uighurs is 'embarrassment for humanity', says Turkey. **The Guardian**, 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/feb/10/chinas-treatment-of-uighurs-is-embarrassment-for-humanity-says-turkey. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

Turkey's Erdogan says solution possible for China's Muslims. **Al Jazeera**, 2019b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2019/07/turkey-erdogan-solution-china-muslims-190704163630632.html. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

Four Turkish marble exporters detained in China. **Ahval**, 2019. Disponível em: https://ahval-news.com/china-turkey/four-turkish-marble-exporters-detained-china. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

Entenda a questão dos uigures na China. **BBC News**, 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090707_entenda_uigures_tp. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

Turkey stays away from China's Belt and Road summit citing debt-trap diplomacy and Uighur concerns. **BNE Intellinews**, 2019. Disponível em: https://intellinews.com/turkey-stays-away-from-china-s-belt-and-road-summit-citing-debt-trap-diplomacy-and-uighur-concerns-160249/. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

GÜLER, Sena. Turkey, China share common future vision: Erdogan. **AA**, 2019. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/turkey-china-share-common-future-vision-erdogan/1520719. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

HUANG. Kristin. China shuts Turkey consulate in wake of Uygur row. **South China Morning Post**, 2019. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2188293/china-shuts-turkey-consulate-wake-uygur-row. Acesso em: 07 de jul. de 2019

KARADENIZ, Tulay; TOKSABAY, Ece. China's envoy says Turkish Uighur criticism could hit economic ties. **Reuters**, 2019. Disponível em: https://uk.reuters.com/article/uk-china-turkey-xinjiang/chinas-envoy-says-turkish-uighur-criticism-could-hit-economic-ties-idUKKCN1QI4CJ. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

KUO, Lily. China releases video of Uighur poet said to have died in custody. **The Guardian**, 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/feb/11/china-releases-video-of-uighur-poet-said-to-have-died-in-custody. Último acesso em: 7 de jul. de 2019.

MAIZLAND, Lindsay. China's Crackdown on Uighurs in Xinjiang. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-crackdown-uighurs-xinjiang. Último acesso em: 10 de jul. de 2019.

MUNYAR, Vahap. Erdoğan suggests adding 'T' to BRICS. **Hürriyet Daily News**, 2018. Disponível em: http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan-suggests-adding-t-to-brics-135160. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

NIYAZ, Kurban; SEYTOFF, Alim; FINNEY, Richard. Prominent Uyghur Musician Arrested Amid Ideological Purge in Xinjiang. **Radio Free Asia**, 2017. Disponível em: https://www.rfa.org/english/news/uyghur/musician-11022017162302.html. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

Prominent Uyghur musician tortured to death in China's re-education camp. **Yeni Şafak**, 2019. Disponível em: https://www.yenisafak.com/en/world/prominent-uyghur-musician-tortured-to-death-in-chinas-re-education-camp-3474170. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

REPÚBLICA DA TURQUIA. Ministério de Relações Exteriores. **QA-6, 9 February 2019, Statement of the Spokesperson of the Ministry of Foreign Affairs, Mr. Hami Aksoy, in response to a question regarding serious human rights violations perpetrated against Uighur Turks and the passing away of folk poet Abdurehim Heyit**. Disponível em: http://www.mfa.gov.tr/sc_-06_-uygur-turklerine-yonelik-agir-insan-haklari-ihlalleri-ve-abdurrehim-heyit-in-vefati-hk.en.mfa. Último acesso: 10 de jul. de 2019.

TAVSAN, Sinan. China ramps up pressure on Turkey over Uighur policy. **Nikkei Asian Review**, 2019. Disponível em: https://asia.nikkei.com/Spotlight/Belt-and-Road/China-ramps-up-pressure-on-Turkey-over-Uighur-policy2. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

YACKLEY, Ayla Jean. Turkish leader calls Xinjiang killing "genocide". **Reuters**, 2009. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-turkey-china-sb/turkish-leader-calls-xinjiang-killings-genocide-idUSTRE56957D20090710. Acesso em: 07 de jul. de 2019.